


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua D. Alexandrina, 215
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0000154-18.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Aposentadoria**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

MARIA SUELI RIBEIRO propõe ação contra FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO aduzindo que é professora de educação básica II, efetiva e acometida de transtorno bipolar com evolução para transtornos depressivos graves com sintomas psicóticos entre eles ideias suicidas. Em decorrência da doença, está impossibilitada de trabalhar e desde 11/06/1990 vem requerendo licenças-saúde. Que a ré, na última perícia, apenas manteve a readaptação, outrora determinada. Que seu quadro psíquico é irreversível. Requereu a conversão das licenças médicas em aposentadoria por invalidez, a partir da data da efetiva constatação da total e permanente incapacidade a ser fixada pela perícia. Juntou documentos (fls. 13/34)

Citada, a parte ré apresentou contestação (fls. 46/55), alegando que o pedido é improcedente uma vez que a autora (a) não preenche os requisitos legais para a concessão da aposentadoria por invalidez cuja análise é ato de competência exclusiva do órgão médico oficial; (b) que em caso de procedência, a concessão deverá ser proporcional ao tempo de contribuição. Juntou documentos (fls. 56/80).

Não houve réplica.

Saneado o feito, determinou-se a realização de perícia médica, fixando, como ponto controvertido, o preenchimento dos requisitos para a obtenção da aposentadoria por invalidez.

Lauda a fls. 116/120.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do Código de Processo Civil, uma vez que as provas documental e pericial produzidas nos autos são suficientes para a solução da controvérsia.

Saliente-se que o art. 400, II do Código de processo Civil prevê o indeferimento da inquirição de testemunhas quando a prova versar sobre fatos “que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

só por documento ou por exame pericial puderem ser provados”, sendo este o caso dos autos.

Ingressa-se no mérito.

O pedido é procedente.

Trata-se de pedido de aposentadoria por invalidez formulado por servidora pública estadual.

A documentação dos autos indica que a autora é portadora de grave doença psíquica o que lhe impossibilita de exercer suas atividades de forma autônoma, diante de seus surtos psicóticos e que por isso, passou a residir com sua filha no estado do Paraná, não sendo capaz de gerir sua própria vida, muito menos sua vida profissional. O laudo pericial também é nesse sentido. De forma categórica o perito concluiu que *"a pericianda apresenta incapacidade total e permanente para o trabalho"*. Afirmou ainda, o Sr. Perito que a parte autora sofre de *"(...) Transtorno esquizoafetivo, episódio atual depressivo com sintomas psicóticos (CID-10 F25.1). Permanente. Crônica. Sugere-se aposentadoria por invalidez"*.

E mais à frente, *"(...) tem melhora com a medicação, mas não o suficiente para realizar atividades laborais (...)"*

Ademais, dos documentos juntados pela parte ré se verifica que a autora requereu sua primeira licença em 13.06.1990 e ao todo lhe foram concedidas 61 licenças, sendo readaptada, posteriormente.

Assim, injustificável que a autora permaneça em licença médica, quando o caso já permite a aposentadoria por invalidez.

Quanto à alegação de que não são devidos proventos integrais em caso de aposentadoria por invalidez, sem razão a parte ré.

A Emenda Constitucional nº 70/2012, afirma, *in verbis*:

"Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional. Art. 1º A Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Art. 6º-A. - O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição. Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores. Art. 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como as respectivas autarquias e fundações, procederão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, à revisão das aposentadorias e das pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004, com base na redação dada ao § 1º do art. 40 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com efeitos financeiros a partir da data de promulgação desta Emenda Constitucional. Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, faz jus a autora a aposentadoria com proventos integrais.

Nesse sentido:

Servidora do magistério estadual. Reconhecimento pelo órgão médico oficial do Estado da invalidez permanente da servidora, portadora de doença incapacitante para o trabalho, de natureza grave e incurável. Aposentadoria com proventos proporcionais em razão de a moléstia não estar elencada no rol do art. 186 da Lei Federal nº 8.112/90. Rol meramente exemplificativo. Sentença reformada para a concessão dos proventos integrais de aposentadoria, nos termos do art. 40, § 1º, I, da CF Sucumbência integral das rés. Manutenção da condenação das vencidas nas verbas de sucumbência Critério de atualização: juros moratórios que devem ser calculados com base no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

pela Lei nº 11.960/09. APELO DA AUTORA PROVIDO. APELO DAS RÉS PARCIALMENTE PROVIDO, apenas quanto ao cálculo dos juros moratórios. (AC nº 0047138-81.2012.8.26.0053, Des. Rel. Isabel Cogan, j. 29.04.2015).

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado MARIA SUELI RIBEIRO, concedida tutela antecipada em sentença, para CONDENAR a ré à concessão de aposentadoria por invalidez com vencimentos integrais a autora a partir da data do laudo pericial, ou seja, 22 de janeiro de 2015. JULGO EXTINTO o processo nos termos do artigo 269,I do Código de Processo Civil. CONDENO a parte ré ao pagamento das custas processuais e na verba honorária fixada, equitativamente, em R\$ 2.000,00.

Oficie-se, imediatamente, para a implementação, vez que a tutela antecipada implica eficácia imediata da sentença, independentemente do recurso que venha a ser interposto.

Por oportuno determino à serventia que corrija o polo passivo da ação para excluir o nome de Márcio Gomes.

Certifique-se o teor desta decisão nos autos da medida cautelar.

P.R.I

São Carlos, 28 de agosto de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA